



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E
DE UM LAUDO PERICIAL

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E
DE UM LAUDO PERICIAL

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Módulo de Auditoria e Perícia Contábil

Avaliação de Empresas

Práticas de Auditoria e Perícia

Auditoria Contábil

Perícia e Arbitragem Contábil

Gestão da Tecnologia de Informação

ESTUDANTES:

Bruna Capuano Pereira, RA 17001820

Cleber Augusto de Melo Matins, RA 17000760

Jessica Belizário Anselmo, RA 17000733

Lucia Francisca Bossolan Lopes, RA 17001508

Marina F. de Carvalho Bertoluci, RA 17001521

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS	4
Vantagens do Capital Próprio	6
Desvantagens do Capital Próprio	7
Vantagens do Capital de Terceiros	7
Desvantagens do Capital de Terceiros	8
2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA	9
2.3 AUDITORIA CONTÁBIL	12
2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	19
2.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	23
3. CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	29
Ano Base Exercício Financeiro Resultado	39
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “LUCROS E PERDAS”	47
EM 30.10.76 – ANEXO N.º 11	47

1. INTRODUÇÃO

A empresa Arezzo foi fundada em 01 de Setembro de 1972, desde então vem se reinventando, lançando e produzindo coisas novas no mercado. A família Birman (fundadora da organização) teve a vontade de trazer as tendências italianas para o público brasileiro, com seu lançamento da sandália Anabela, revestida de juta, a marca já chegou se destacando no mercado, tornando-se sucesso em vendas.

A organização atua hoje no varejo de calçados femininos, onde seus principais clientes são as mulheres. Hoje a marca virou referência e é líder em seu segmento, setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. A estratégia de vendas e expansão da marca, fica por conta de sua distribuição e comercialização dos produtos, por meio de lojas próprias, vendas online e franquias. A rede de franquias hoje, tem mais de 356 lojas distribuídas em 180 municípios, presente hoje em todos os estados do Brasil.

Além da marca Arezzo, possui mais quatro marcas reconhecidas, como: Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever, todos os produtos ganharam grande destaque pela alta qualidade, design, conforto e inovação.

Desde seu surgimento em 1972, na cidade de Belo Horizonte/MG, a empresa já acumula quase 50 anos de história, atualmente comercializa mais de 10 milhões de pares de calçados por ano. Dando mais um passo em direção à institucionalização, em 2011, a Arezzo&Co se tornou uma companhia aberta, com suas ações negociadas sob o ticket ARZZ3 e listadas no novo mercado da BM&FBovespa.

A intenção desse projeto é avaliar e auditar a grandeza dessa organização, que ao longo dos anos só veio a crescer e expandir seus negócios, marcas e produção. Sempre inovando e trazendo muita qualidade para o público feminino, a empresa é uma referência atual de moda, qualidade, inovação e tecnologia.

Razão Social: Arezzo Indústria e Comércio S.A.

Ramo de Atividade: O principal ramo de atividade da companhia é a industrialização e a comercialização de artigos de couro e de plástico em geral, incluindo sapatos e bolsas.

2. PROJETO INTEGRADO

A empresa escolhida para o estudo de caso é a Arezzo Indústria e Comércio S.A., conforme já foi descrito na introdução, a empresa conta com muitos anos de história, crescimento e é uma referência no mercado da moda. Portanto, iremos aplicar os conteúdos específicos de cada unidade, para assim exibir um projeto sobre auditoria e laudo pericial dentro dessa organização.

2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

A avaliação patrimonial de empresa tem por objetivo ser uma ferramenta gerencial, como também fornecer dados suficientes para amparar decisões estratégicas, ligadas a diversos fatores comerciais e econômicos – como, o momento certo de comprar novas máquinas e equipamentos, ou o volume de seu fluxo de caixa e ativos. Além de oferecer esses detalhes da empresa antes de uma operação de fusão, cisão, incorporação. Quando uma empresa tem o seu valor estudado e calculado, é possível chegar a melhores termos na hora de negociá-la para vender, ou mesmo para que um investidor saiba se ela corresponde a um bom negócio.

Também importante avaliar uma empresa, quando houver uma sucessão de sócios ou de proprietário. Da mesma forma, quando a companhia decide entrar na bolsa de valores, ou mesmo quando deseja medir a qualidade de sua gestão. A avaliação permite ao empresário saber como está a saúde da sua empresa, pois o resultado da avaliação de empresas fornece ao empreendedor um panorama geral da empresa em seus aspectos financeiro e contábil, além de importantes dicas de sobre como melhorar a performance do negócio através de tomada de decisões estratégicas.

Pode se fazer uma avaliação da empresa, através do seu Fluxo de Caixa, que se baseia nas informações das entradas e saídas de dinheiro que já aconteceram na empresa. O Fluxo de Caixa bem Projetado, além de auxiliar no controle financeiro da empresa, é uma importante ferramenta para a tomada de decisões. O correto controle de

Fluxo de Caixa, mostra de forma direta e objetiva se a empresa terá dinheiro em caixa para saldar seus compromissos financeiros em um determinado período futuro ou não. Ao contrário do [Demonstrativo de Resultados Projetado \(DRE\)](#) que demonstra se a operação é lucrativa. O Fluxo de Caixa vai mostrar se a empresa terá dinheiro disponível quando precisar dele ou se precisará recorrer a fontes externas, como empréstimos e financiamentos para honrar seus compromissos. Isso é importante, porque muitas vezes a companhia pode ter um grande volume de vendas, e produtos com boas margens, apresentando lucro no DRE. Porém pode estar com seus Prazos Médios de Pagamentos e Recebimentos mal dimensionados, ficando assim sem disponibilidade de dinheiro em caixa, e essa informação é obtida exatamente pela leitura do Fluxo de Caixa.

Com as informações bem detalhadas, ou seja obtendo o valor intrínseco do produto os empreendedores conseguem tomar decisões importantes em relação à realização investimentos, financiamentos e a correta distribuição de recursos, fundamentais para dar continuidade às operações. O risco de um projeto ou de um investimento existe quando o resultado de um fluxo de caixa não ocorre da forma que foi estimada ou planejada. Isto é, o risco se dá quando o realizado é diferente do previsto, gerando impactos no retorno da empresa ou do investimento, o objetivo é projetar o retorno do investimento e seu risco. Quando uma empresa ou um investidor planeja realizar um investimento, ele faz projeções sobre a rentabilidade que espera receber sobre o seu investimento. A rentabilidade esperada é um fator relevante na decisão de escolha entre projetos e ativos. Além dessa rentabilidade esperada, o investidor mensura também o risco projetado as projeções empresariais são baseadas em cenários que envolvem incertezas e riscos. Levando em conta todas as projeções, cálculos, se pode tomar uma decisão de investimento baseada no projeto ou ativo que melhor relaciona o risco com o retorno.

Escolher corretamente a estrutura de capital faz toda a diferença, uma escolha errada pode significar aumento desnecessário de custos ou perda de atratividade da empresa. O equilíbrio de capitais dará mais vigor e uma boa oxigenação à empresa. Uma empresa que cresce com os próprios lucros demora mais a crescer: é preciso esperar os meses passarem, gerar lucro, expandir, esperar novamente e expandir mais

um pouquinho. Neste caso, o capital adicional pode funcionar como uma alavanca e acelerar o processo de crescimento do negócio.

Além do capital para crescer, é preciso capital também para começar a empresa, como por exemplo: para criar o estoque inicial, comprar equipamentos mínimos e pagar despesas fixas (salários, água, luz, etc). O empreendedor também precisa colocar na ponta do lápis os recursos que precisa ter para sobreviver por um período, é preciso pensar na [necessidade de capital de giro \(NCG\)](#).

Seja para iniciar um negócio ou expandi-lo, uma hora ou outra a busca por capital vai estar na pauta do empreendedor. Nesse momento é preciso analisar qual será estrategicamente a melhor opção para a empresa: capital de terceiros ou capital próprio, na tentativa de busca por capital o empreendedor deve sempre estar atento e avaliar riscos e determinação do valor de um produto em relação ao mercado, o custo do capital corresponde à taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado que estão expostos, o modelo CAPM traz a avaliação do risco e do retorno dos investimentos, esse tipo de aplicação utiliza uma combinação entre a probabilidade de determinado evento ocorrer e o grau de variação dos retornos avaliado. Quanto maior a variabilidade de retorno esperado, maior o risco do ativo. E quanto maior for o risco, maior será o retorno esperado pelo investidor.

O Custo de Capital de uma empresa é o retorno mínimo exigido pelos credores e acionistas (os financiadores de recursos) para determinar a viabilidade de investimento no negócio. Diferenças entre Capital de Terceiros e Capital Próprio, conforme anexo II

O Capital Próprio tem a ver com o patrimônio líquido (PL), ou seja, origem está na própria atividade econômica e pode ser avaliado pelos lucros. Resumindo, são os recursos que provém dos proprietários (entradas de capitais por meio de sócios ou acionistas).

Vantagens do Capital Próprio

- Capital Próprio não precisa ser devolvido, todo o dinheiro gerado pelo fluxo de caixa pode ser utilizado para fazer o negócio crescer.

- Mais dinheiro no caixa, como não há dívidas a serem pagas, o dinheiro em caixa pode ser utilizado para fazer o negócio crescer.
- Menor risco de falência.
- Relação ganha-ganha, onde os sócios investidores serão também seus parceiros. Todos caminham com o mesmo objetivo de maximizar os resultados, os conhecimentos podem ser trocados ea empresa poderá beneficiar-se com novas visões de mercado e diferentes experiências. Um novo conhecimento estratégico ou novas formas de liderança podem ser um gatilho para mudanças ainda maiores e mais rentáveis no futuro.

Desvantagens do Capital Próprio

- Perda de autonomia, talvez essa seja uma das maiores desvantagens. Por ter um fluxo de caixa residual, os acionistas exercem controle na administração da empresa, tendo que ser consultados nas tomadas de decisões.
- Conflitos e diferenças de visões tanto em aspectos gerenciais quanto na própria visão do negócio.

Distribuição dos lucros. Do ponto de vista do empreendedor, com o passar do tempo a distribuição dos lucros pode exceder o que ele gastaria pagando um empréstimo ou financiamento

Já o Capital de Terceiros está relacionado com o passivo real ou passivo exigível (obrigações da empresa com terceiros) e representa, todos os investimentos feitos por meio de recursos de entidades externas. Um dos exemplos mais comuns nesse caso são os financiamentos e empréstimos, sejam de curto, médio ou longo prazo. O fluxo de caixa neste caso é representado pela obrigatoriedade do pagamento de encargos contratuais.

Vantagens do Capital de Terceiros

- O controle da empresa é do empreendedor, pois o credor, seja quem for, não tem o direito de se envolver no negócio, nem de gerenciá-lo, etc.

- Previsibilidade, pois ao fazer um empréstimo, os empreendedores tem total conhecimento da quantia a ser paga, bem como de que maneira. Essas informações permitem um orçamento mais preciso. Especialmente para pequenas empresas, saber exatamente quanto será gasto mensalmente faz toda a diferença.

- Obrigações simples, sendo sua única obrigação com terceiros é de quitar sua dívida. Feito isso, a relação entre sua empresa e o credor termina e não existem mais vínculos.

Desvantagens do Capital de Terceiros

- Pagar o empréstimo com mais os juros, quanto maior, mais endividada estará a empresa;

- Utilizar o dinheiro para pagar devedores, os empresários devem ter em mente que por um período X uma quantia Y será utilizada para pagar dívidas, ao invés de ser injetada no próprio negócio.

- Reputação de alto risco, empresas com grandes dívidas são consideradas de alto risco por investidores potenciais. No futuro, para levantar algum capital, será mais difícil encontrar investidores.

A empresa Arezzo S.A em 2019, (figura em anexos III manteve-se como uma empresa que tem o seu Custo de Capital Próprio, mantendo-se economicamente ativa, lucrativa utilizando-se apenas das entradas de capitais por meio de sócios ou acionistas.

2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA

A apuração de haveres é matéria do campo do Direito que possui estrita relação com a Ciência da Contabilidade, em especial, quando da elaboração da perícia contábil em casos de inventário e dissoluções judiciais de sociedades. Determinada por juiz quando da morte, dissidência ou exclusão de sócio de sociedades empresariais, ou ainda por uma das partes ou ambas as partes envolvidas no processo. Contabilmente introduzida pelo Código de Processo Civil, onde o juiz nomeia contador regularmente registrado no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição para demonstrar sua opinião em forma de Laudo Pericial Contábil. Para Ornelas (2003, p. 20), “... possibilita a partilha entre os herdeiros, em caso de inventário, do *quantum* relativo às cotas do sócio falecido; e ao sócio dissidente, excluído ou aos sócios de sociedades em liquidação”. No mesmo processo pode contar ainda com mais peritos contadores que são conhecidos como assistentes das partes que possui o papel de rever os trabalhos realizados pelo perito oficial.

O contador, no papel de auxiliar da justiça na apuração de haveres necessita realizar uma gama de testes para que se possa encontrar a real composição do capital da sociedade, e para realizar tais testes, deve ser profundo conhecedor, além da Ciência da Contabilidade, de Auditoria, de Direito Comercial, Tributário e Empresarial, Ciências Econômicas, Contabilometria, Estatística, Matemática Financeira e Português. Este último essencial, pois sua opinião expressa em forma de Laudo deve ser entendida mesmo por leigos em conhecimentos contábeis envolvidos no processo e não conter erros de português e possuir uma linguagem formal. Para que possa ser *jus* detentor da confiança que a sociedade deposita no perito contador, o mesmo deve ser alicerçado em tais conhecimentos e ainda outros, tais como Psicologia e Sociologia, além de uma visão sistêmica de todo o processo para que possa somar nos trabalhos de produção de provas contábeis acerca de questões que envolvem o patrimônio. Para Pires (2006, p.35), “o contador, para o cumprimento da função pericial, necessita compreender a relação entre a doutrina jurídica e doutrina contábil nos aspectos que disciplinam sua presença no procedimento processual”. Já Sá (2005, p.251) diz que, “o conhecimento da teoria contábil, para o perito, não só é de grande valia no desempenho da tarefa, mas

também é um fator que muito pode valorizar um laudo, no que tange a sustentação de opiniões”.

Na apuração de haveres a análise deve ser criteriosamente rigorosa e não se limitar aos dados contábeis do Balanço, pois “é preciso considerar a falsidade que hoje representam no país, em face da malsinada Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) que deformou as demonstrações contábeis”, nas palavras de Sá (2005, p.96). Entre a essência do patrimônio de uma empresa e seus dados demonstrados no Balanço podem ocorrer grandes disparidades que influenciam diretamente na situação patrimonial da entidade. Há ainda a má fé dos sócios que podem simular movimentações contábeis a fim de diminuir os haveres dos sócios dissidentes, excluídos ou herdeiros.

Devido a sua importância o CFC, órgão máximo de fiscalização da profissão do contador no Brasil, cumpriu sua função normativa, passou a cuidar da matéria relativa a Perícia Contábil, editando as RES nos. 731/92 e 733/92 ambas de 22.10.1992. Quando foram substituídas em 21.10.1999 pelas RES nos. 857/99 e 858/99 que buscaram o aperfeiçoamento e alcançaram significantes progressos.

O tema, portanto, envolve a avaliação de empresas para fins específicos judiciais. Este trabalho abordará de forma de estudo de caso como se dá o trabalho do perito em contabilidade relacionado à apuração de haveres cumulada com arbitramento de indenização para que possa servir de instrumento de decisão de acordo com a lei processual no ramo do Direito com uso de avaliações, exames e vistorias contábeis para elucidar opiniões contraditórias em relação ao patrimônio aziendale ou de pessoas.

Conforme Silva (2003, p.57), “os objetivos da pesquisa são os fins teóricos e práticos que se propõem alcançar com a pesquisa”.

O objetivo (ou objetivos) do estudo deverá ser definido da forma mais evidente possível, para indicar com clareza, o propósito do estudo, afirma Silva, (2003, p.57).

Desta forma, o objetivo geral é compreender os atos pertinentes ao perito do juízo para apuração de haveres e dos cálculos necessários para liquidação de sentença por arbitramento. Enquanto os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Identificar a importância da contabilidade no âmbito judicial e os diferentes tipos de perícias contábeis;
- Compreender a estruturação de um sistema de avaliação patrimonial que sirva de suporte ao processo decisório judicial quando o cerne da questão envolve apuração de haveres;
- Apresentar diferenças essenciais entre Auditoria e Perícia Contábil;
- Demonstrar as exigências para se tornar um Perito Contador
- Compreender as averiguações, exames, cálculos e vistorias necessárias para levantamento da apuração de haveres no Processo n.º 2497.101170-5; e
- Compreender as averiguações, exames, cálculos e vistorias necessárias para determinar o cálculo de liquidação de sentença por arbitramento no Processo n.º 2497.101170-5;

Podem-se identificar os tipos de Perícia Contábeis existentes, as necessidades legais para se tornar um perito contábil e as questões judiciais onde a opinião do *expert* em contabilidade se faz fundamental para que se possa exercer o Direito das partes com justiça e equidade.

Pode-se enriquecer o conhecimento de acadêmicos e dos profissionais que militam dia-a-dia na produção de opiniões sobre assuntos contábeis, levando-se em conta a escassa literatura mundial sobre o relevante tema Perícia Contábil.

2.3 AUDITORIA CONTÁBIL

Esta apresenta sobre os finais de um processo onde vamos elaborar um Parecer de Auditoria sobre um determinado caso abordado no módulo. Os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da Arezzo Indústria e Comércio S.A referentes ao exercício de 2018, em 31 de dezembro, foram realizados pelos Auditores Independentes PwCAI. Feita Auditoria Completa, realizada pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras e internacionais de auditoria e de acordo com as prática Contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o relatório financeiro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia em 31 de março, 31 de junho e 31 de setembro de 2018. Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo 31 de dezembro de 2018.

A política de atuação da Companhia quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, tem por objetivo evitar um conflito de interesses e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e consistem em acordos com normas internacionais atuais: a) O Auditor não deve auditar seu próprio trabalho, b) O Auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia, c) O Auditor não deve promover os interesses da Companhia, d) O Auditor não presta quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes uma declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Os Principais Assuntos da Auditoria (PAA) são os que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Assuntos estes que constam de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas como um todo, não expressando, portanto, uma opinião em separada no que tange estes assuntos.

As Políticas Contábeis da Empresa Arezzo têm como base a maior clareza e comprometimento com sua escrituração e suas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Quanto à moeda, as Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças serão registradas na demonstração de resultado.

A Receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de Receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e ao final concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos da receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que ocorre geralmente no momento da entrega. A Receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme o conteúdo dos contratos aplicáveis. A Receita de juros para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, ativos financeiros que rendem juros classificados, como disponíveis para venda, a receita ou a despesa financeira são contabilizadas, utilizando a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros, estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento

financeiro, ou em um período de tempo mais curto quando aplicável ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo máximo de 90 dias das datas das transações e com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado.

Contas a receber de clientes, que representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custos amortizados, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no Ativo Circulante; caso contrário, estão apresentadas no Ativo não Circulante. A Provisão para Créditos de liquidação duvidosa foi constituída em um montante suficiente para fazer face às perdas a realização de vendas com análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, utilizando sempre o menor. Para analisar este valor do produto à sua atual localização, são contabilizados da seguinte forma: matérias-primas, custo de aquisição, segundo o custo médio. Produtos acabados e em elaboração, calcula o custo dos materiais diretos e a mão de obra e uma parcela proporcional das despesas indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial CPC 18 para fins de demonstrações financeiras. Assim sendo o investimento de uma controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, mudando apenas após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

O Imobilizado é Registrado ao custo de aquisição ou produção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens da seguinte forma: Prédios 25 anos, Instalações 10 anos, Máquinas e Equipamentos 10 anos, Móveis e Utensílios 10 anos, Computadores e Periféricos 5 anos, Veículos 5 anos. Um item de imobilizado é baixado quando for vendido ou considerado sem nenhum lucro na sua venda ou uso. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados quando for necessário.

Os Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável; estes são representados por uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas. A vida útil dos Ativos Intangíveis Definida é avaliada e amortizadas de acordo com a vida útil-econômica em relação a perdas por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nos âmbitos econômico, operacional e tecnológico, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

O Valor Recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos a ser aplicados.

Ajuste do Valor presente de Ativos e Passivos. Os Ativos e Passivos monetários de longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustadas pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa

forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização de método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Provisões, em geral provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado e é provável que recursos econômicos sejam adquiridos para liquidar uma obrigação que tenha sido feita por meio de estimativa anteriormente. As provisões podem ser feitas para cobrir riscos tributários, cíveis e trabalhistas; e são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributação de Impostos sobre vendas. Receitas e Despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, com exceção de alguns casos, como: quando os impostos sobre as vendas incorridos a compra, não for recuperável perante a fiscalização tributária; quando valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor de aquisição do ativo ou item de despesa, quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com os valores dos imposto sobre vendas, quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação não afeta o lucro contábil ou prejuízo; sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias sejam utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributários estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários sejam recuperados.

Outros Benefícios a funcionários são concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem salários e contribuições para o INSS, férias, 13º salário e remunerações variáveis como a participação nos lucros.

Lucro por Ação, é efetuado pela Companhia por cálculos utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico.

As Demonstrações de fundo de caixa e demonstrações de valor adicionado foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o COC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa emitido pelo CPC-IASB. A Demonstração do valor adicionado DVA não é requerida pelas IFPS, sendo apresentadas de forma suplementarem atendimento a legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 .

Instrumentos Financeiros – São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de valor justo por resultado, para os quais custos são registrados no resultado do exercício. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação do valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os auditores independentes tem a responsabilidade de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Arezzo Indústria e Comércio S.A.

2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia contábil é um dos meios legais de prova admitidos no Direito brasileiro. Sua realização está prevista nos artigos 420 e 439 do código do processo Civil – CPC, por determinação judicial, quando a elucidação de determinada questão depender de conhecimento técnico, conforme a verificação do art. 145 do CPC.

A prova pericial é, em regra, requerida pelo autor no pedido de sua peça exordial. O réu também pode requerê-la em sua contestação. Ocorre, porém, que esse pedido de produção de provas efetuado tanto pelo autor quanto pelo réu é meramente um protesto genérico, pois, ao efetuar o despacho saneador, o Juiz determina a intimação das partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando, inclusive sua pertinência.

O Juiz da causa, se entender necessário e conveniente, pode requerer a produção da prova pericial, de ofício. Deferida sua produção, desde já, nomeará um perito e determinará data em que o laudo deva ser entregue. Concomitantemente, as partes já saem intimadas da audiência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indiquem seus assistentes técnicos e formulem quesitos para serem respondidos pelo perito. É defeso ao Juiz, ao membro do MP que atue como fiscal da lei e aos eventuais intervenientes processuais que, se quiserem, também formulem quesitos.

Após a apresentação dos quesitos pelas partes ao perito e ao assistente técnico, o Juiz irá verificar se elas são relacionadas ao caso em específico e se têm relação com os fatos controvertidos apresentados e, ainda, se estão adstritos somente a conteúdos técnicos e não apresentam inquirição de cunho jurídico.

Os quesitos a serem efetuados ao perito e assistentes técnicos são considerados como sendo um ônus de cada parte, isso porque se, caso o autor ou o réu não fizerem perguntas de seu interesse, correrão o risco de o perito não realizar um laudo convincente para demonstrar a existência do direito que se pretende provar na ação judicial.

Não formulando as perguntas ou não o fazendo corretamente, conseqüentemente não se terá um laudo condizente com o que se pretendia provar, não podem as partes, após a conclusão da perícia, apresentar críticas técnicas a ele.

Na prática, o Juiz designa audiência após ter sido encerrada e concluída a prova pericial. Esse procedimento passou a ser adotado em razão de que se torna difícil antever quando a perícia será finalizada, e, em razão da possibilidade de serem formulados novos quesitos, como também pedido de esclarecimentos no todo ou em parte da prova técnica.

Igualmente, podemos destacar que o perito e os assistentes técnicos podem ser intimados pelo Juiz a prestar esclarecimentos em audiência, após pleito das partes ou do próprio Magistrado. Após o laudo técnico ser juntado aos autos, se iniciará um prazo de 10 (dez) dias para que os assistentes possam apresentar seus pareceres. Os assistentes não são intimados, ficando as partes na incumbência de comunicá-los.

Tendo em mãos o laudo pericial e os pareceres dos assistentes técnicos, o Juiz irá analisá-los e ponderar as críticas realizadas. Caso entenda necessário, determinará que o perito preste novos esclarecimentos. Em decorrência do princípio da oralidade e para se tornar o procedimento mais célere e eficaz, em alguns casos que não tenham complexidade técnica elevada, poderá ser efetuada uma perícia informal, ou seja, o perito, com base em exame realizado em pessoas ou bens, apresenta suas conclusões oralmente em audiência de instrução e julgamento. Caso a ação esteja tramitando em determinada comarca e a perícia deva ser realizada em cidade diversa, nada impede que seja expedida carta precatória, sendo que o Juízo deprecado irá nomear um perito, e as partes podem indicar seus assistentes técnicos nos autos da precatória.

O trabalho desenvolvido pelo perito tem seu início a partir dos métodos técnicos elaborados. Por meio disso, o perito adquire informações que possibilitam desenvolver o laudo pericial.

Para obter a perícia que confirme o relato é preciso realizar alguns procedimentos como:

Exame: Documentos fiscais e legais que confirmam acordos comerciais. O exame corresponde tudo que possa ser usado como prova e que tenha capacidade legal.

Vistoria: é um método usado para obter certeza com relação às situações relatadas pelas partes envolvidas.

Indagação: Coleta de dados usado pelo perito, a fim de obter informações do sistema de controle interno e externo.

Investigação Pericial: É o processo que o perito realiza durante o exame de uma documentação. Ele precisa detectar se existe fraude, desonestidade, desvio ou dolo.

Arbitragem: Processo solicitado mediante a uma ação ou ser definido pelo juiz.

Mensuração: Apurar, avaliar ou medir em quantidades físicas os bens direitos e apuração.

Avaliação: corresponde à confirmação do valor correto das coisas mediante cálculo e verificação.

Certificação: certifica que o perito possui total capacidade, competência e experiência.

Afim de obter informações relevantes, o perito deve usar todos os meios necessários. Métodos utilizados para adquirir as provas:

Depoimento pessoal: Esse processo objetiva o interrogatório em audiência da referida instituição de julgamento, sem que ocorra prejuízo do poder do juiz de determinar o ofício.

Confissão Judicial e Extrajudicial: há confissão judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ou seu interesse e favorável ao adversário.

Apresentação de documento ou da coisa: O juiz poderá exigir presente documento ou coisa que esteja sob seu domínio.

Prova documental: Define todos os tipos de documentos analisados

Prova testemunhal: A produção da prova testemunhal deverá contemplar, se possível, dados particulares de testemunhas, como nome, profissão, inscrição no Cadastro de Pessoa Física, etc

Inspeção judicial: O juiz poderá, a qualquer momento do processo, investigar pessoas ou coisas, visando esclarecer o acontecimento dos conflitos e que interessa a decisão do processo.

Modelo criado de Laudo Pericial em ANEXOS IV, o mesmo foi embasado nas referências bibliográficas pesquisadas.

2.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

A Arezzo tem se destacado, em diversos âmbitos de suas atividades, no quesito de inovação tecnológica, sendo destaque nacional e conquistado muito destaque como formuladora de cases.

A guisa de exemplo, o site especializado Logweb (portal e revista eletrônica) destacou boas práticas de gestão e logística desenvolvidas pela Arezzo, juntamente com as empresas Midea Carrier e InBeta:

Por fim, a coordenadora de sourcing da Arezzo, Renata Razera, também explicou a implementação do sistema entregou.com, que foi batizada de Portal das Fábricas pela empresa, utilizado para gerenciar uma produção de 11 mil modelos de sapato por ano, 2,5 mil pontos de venda em todo o país e uma estrutura com 2,2 mil funcionários. A implementação durou apenas 6 meses e ajudou a fazer uma gestão sistematizada de todas as marcas [à época a Arezzo controlava as marcas Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri]. ‘Antes toda comunicação com as fábricas e muitos dos processos era feitos apenas com a troca de e-mails e agora, com essa gestão, reduzimos custos operacionais, a comunicação tornou-se automatizada e houve a padronização de processos’, destacou Renata. (LOGWEB, 2015, p.02)

A Arezzo sempre investiu e apostou muito em estratégias inovadoras, dando início inclusive, nos anos de 2018 e 2019, a um intenso processo de transformação digital, utilizando-se de metodologias ágeis e adequadas, denominadas *squads*, que abrangem a integração de canais de vendas, digitalização dos negócios e a implementação do *BI* e grande tecnologia no merchandising. Isso tem trazido progressos com o aumento de lojas aptas a operarem com ferramentas de omnicanalidade, trazendo crescente engajamento de franqueados, tendo como consequência o incremento da conversão em lojas e constantes melhorias na experiência de compras da rede *Arezzo&Co*. Alguns exemplos importantes de tais inovações: *Click in Collect*, que consiste na compra do produto na *web commerce* da marca, com retirada gratuita na loja física, em prazos mais curtos; *Store Shipping*, que envolve a compra do produto através da *web commerce* da marca e entrega na casa do cliente de um produto disponível em

loja; *Prateleira Infinita*, que permite a compra online no ambiente de loja física quando o consumidor não encontra o modelo ou tamanho desejado disponível; *Venda Remota*, feita na loja física, em que a venda do estoque é feita à distância através do envio de um link de pagamento pelo aplicativo WhatsApp, através da plataforma Cielo.

De se consignar, destarte, nos documentos e nas divulgações da empresa, a utilização da *Omnicanalidade*, que pode ser conceituada, no caso da Arezzo, como uma a integração de todos os canais de contato disponíveis, de modo interrelacional, trazendo a possibilidade, ao cliente que iniciou a comunicação com uma empresa, mediante um canal próprio, de poder continuar por outro.

O Relatório de Demonstrações Financeiras Padronizadas, publicado em 31/12/2019, bem destaca os passos importantes realizados pela Arezzo em seu processo de transformação digital, buscando o estabelecimento de uma cultura de agilidade e a elevação de seu patamar tecnológico:

Nosso foco primordial foi utilizar a tecnologia como meio, estabelecendo uma plataforma de produtividade e crescimento, visando empoderar as marcas com dados de BI para maximizar sua assertividade em vendas e estimular a omnicanalidade. Também foi dado um importante passo com a implementação do RFID na marca Schutz, que será estendido para as demais marcas do grupo em um futuro próximo. Nesse cenário de marcas vencedoras e à frente de seu tempo – porém tão diferentes entre si – existem elementos comuns, agregados em uma robusta estrutura, que incluem, mas não se limitam as ourcing, engenharia de produtos, expansão, logística, franchising, multimarca e webcommerce – além das áreas corporativas de suporte. Com a confiança de que tais áreas já atingiram a escala e a maturidade necessárias para absorver novas operações, passamos a nos questionar ao longo de 2019 se já não seria o momento de quebrarmos um antigo paradigma: o de termos apenas marcas criadas por nós em nosso portfólio. E foi nesse contexto que abrimos o nosso horizonte para as oportunidades e M&A, estreando nosso primeiro movimento inorgânico, através da obtenção da exclusividade para comercialização e operação da marca Vans® no Brasil. Um desafio do tamanho da oportunidade que representa: uma marca reconhecida mundialmente, altamente desejada no mercado brasileiro e que traz consigo categorias novas para a Arezzo&Co, como calçados masculinos, infantis e vestuário. Uma operação de tamanho relevante (acima de R\$ 200 milhões de faturamento), com forte potencial de crescimento, através de lojas físicas, multimarcas e webcommerce. Após a transação, iniciamos a frente de integração com muita humildade e dedicação. Em cerca de um mês, transferimos mais de 450 mil pares de calçados, acessórios e vestuário, criando um novo centro de distribuição, além da implementação integral do SAP e da internalização do webcommerce, antes terceirizado.

Nossa confiança, sempre elevada e movida pela paixão pelo negócio e por fazer acontecer, está maior do que nunca. Certamente a Vans® nos abre um novo caminho de possibilidades, caminho pelo qual temos genuína intenção em trilhar, com critérios muito claros do que queremos fazer –e talvez ainda mais importante–do que não iremos fazer. Estamos motivados e confiantes de que a Arezzo&Co se consolidará como uma grande plataforma de marcas, uma verdadeira “House of Brands”. Trata-se de um novo mindset, que veio para ficar. Além de licenciamentos como a Vans®, continuamos a analisar outras oportunidades de consolidação de mercado, seja de marcas tradicionais consolidadas ou de marcas insurgentes. Apesar de ainda termos muito espaço para crescer através de nossas marcas próprias, da Vans® e de possíveis outras, acreditamos em um sonho ainda maior –e é por isso que discutimos incessantemente ao longo de nosso planejamento estratégico o que haveria de mais disruptivo a acontecer futuramente. Nesse contexto, definimos que queremos ser além de uma plataforma de marcas –e sim uma plataforma de moda, com todas as nossas marcas convivendo juntas, atreladas a um programa de fidelidade, carrinho de compra e frete únicos, além de investimentos em marketing e em downloads otimizados. Essa é a nossa meta para 2020, mas ela não para por aqui. Através da oferta de conteúdo de moda e serviços –a serem conectados posteriormente –poderemos trilhar um caminho rumo a um marketplace “3P”, cuja curadoria de marcas parceiras e complementares às do grupo será um dos nossos grandes diferenciais como plataforma. Afinal, a Arezzo&Co quer ser a aliada de nossos clientes na moda e na vida, revolucionando o mercado fashion para as classes A/B no Brasil (DFP, 2019, p.30).

Verifica-se, assim, que a Arezzo tem claro toda uma proposta estratégica de utilização maciça da tecnologia em seus negócios, desde o RFID (método de armazenamento e recuperação de dados remotos, com a utilização de dispositivos e tags), até o SAP (sistema de aplicativos e produtos para processamento de dados mediante software ERP, de gestão empresarial). A empresa também tem em mente a realidade mercadológica atual, de aquisições e fusões, o denominado M&A, e a utilização plena do marketing 3 Ps, envolvendo pessoas, evidências físicas e processos.

A empresa mostra, assim, estar preparada para os desafios que se revelam na atualidade econômica, propondo uma fidelização de clientes e tendo claro um público alvo de consumidores, aperfeiçoando suas estratégias e estrutura de acordo com a demanda de pessoas que, além de consumir seus produtos, tornam-se ligados à Arezzo seus verdadeiros aliados, na vida e na moda, conforme supramencionado.

3. CONCLUSÃO

O presente trabalho mostra a situação da Empresa Arezzo S.A. com todos os seus trâmites e sua trajetória destacando os pontos principais que englobam a matéria estudada.

Fundada em 1972, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. O primeiro marco de consolidação da marca AREZZO no mercado brasileiro de calçados femininos se deu em 1979, com o lançamento da sandália Anabela.

Em 1990 abriu sua primeira loja na Rua Oscar Freire, em São Paulo. No ano de 1999, migrou sua produção para a cidade de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, e em 2002 iniciou a sua expansão internacional. Possui quatro marcas reconhecidas: Arezzo, Schutz, Ana Capri e Alexandre Birman. Evoluiu rapidamente e foi acumulando histórias em seus 40 anos de existência.

Comercializa calçados, bolsas e acessórios femininos. Chega a mais de seis milhões de pares de calçados por ano que a Empresa fabrica e comercializa. Possuidora de quatro importantes marcas, Arezzo, Schutz, Ana Capri e Alexandre Birman, chega a vender mais de seis milhões de pares de calçados por ano. Sua linha de produtos destaca-se pela constante inovação, design, conforto e relação excelente de custo benefício, acumulando mais de 40 anos de história.

Nos índices de endividamento, notamos que a situação da Empresa é satisfatória visto que está sempre abaixo de um. No que se refere à composição do endividamento, verificou-se que a empresa e suas controladas possuem a maior parte de suas dívidas em curto prazo, tendo assim mais tempo para a obtenção de recursos para o pagamento de suas dívidas.

Quanto ao índice de atividades, notamos que as mercadorias giram no estoque entre seis e sete vezes durante o ano, o que pode ser considerado bom. Um ponto negativo observado é o fato de a empresa financiar suas vendas, pois precisam pagar o fornecedor antes mesmo de receberem pelas vendas realizadas. Neste caso as entidades deveriam buscar prazos maiores junto ao fornecedor para o pagamento de suas compras

ao passo que poderiam conceder descontos aos clientes e receber as vendas a vista, ou anteciparem os seus pagamentos.

Através da análise de rentabilidade podemos concluir que o índice da Empresa está acima das taxas existentes no mercado, como o caso da poupança, o quer dizer que pode se investir nesta empresa.

No que tange aos índices de lucratividade, todos apresentaram resultados positivos e uma boa forma destes índices continuarem satisfatórios seria um programa de redução de custos e despesas operacionais.

Através deste estudo, observamos que a Arezzo e suas controladas estão bem colocadas no mercado em que atuam. Este estudo também proporcionou uma grande oportunidade de crescimento intelectual visto que exigiu um maior aprofundamento das questões pertinentes à análise de balanços, demonstrações financeiras e contábeis e, sobretudo na execução de cálculos, análises e comparativos entre as empresas (controladora e controlada).

Por fim podemos dizer que o estudo atingiu todos os objetivos propostos preliminarmente, sendo que foram apresentadas as demonstrações financeiras das empresas, estudo bibliográficos, realização de cálculos e análises que resultaram na exposição do parecer da situação econômico-financeira da Empresa Arezzo e suas controladas.

REFERÊNCIAS

- Arezzo, 2020. Disponível em: <<https://www.arezzo.com.br/>>. Último acesso em: 12/06/2020
- B3, Ibovespa. Brasil Bolsa Balcão, 2020. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/>. Acesso em: 25/05/2020
- Capital de Terceiros. Dicionário Financeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/capital-de-terceiros/>>. Acesso em: 08/06/2020
- DFP. Demonstrações Financeiras Padronizadas, 2015. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/3bfae074-fd9b-4484-b9aa-24496571c987/ec6917ea-c535-9e5f-ffad-635ba6892925?origin=1>>. Acesso em: 10/06/2020
- Demonstrações Financeiras. Arezzo CO, 2020. Disponível em: <<http://arezzoco.com.br/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras/>>. Último acesso em: 12/06/2020
- LOGWEB. Midea Carrier, InBeta e Arezzo compartilham boas práticas em gestão de logística e vendas, 2015. Disponível em: <<https://www.logweb.com.br/midea-carrier-inbeta-e-arezzo-compartilham-boas-praticas-em-gestao-de-logistica-e-vendas/>>. Acesso em: 10/06/2020
- SÁ, Antônio Lopes de. Perícia Contábil. São Paulo: Atlas, 1994
- SCRIBD. Laudo Pericial Contábil, 2020. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/393770466/Laudo-Pericial-Contabil>>. Acesso em: 13/06/2020
- Sentença. Uma Referência em Cálculos, 2020. Disponível em: <<https://www.sentenca.com.br/>>. Acesso em: 11/06/2020

ANEXOS

ANEXO I



ANEXO II



ANEXO III

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2019 - AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Versão : 2

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	90.954
Preferenciais	0
Total	90.954
Em Tesouraria	
Ordinárias	5
Preferenciais	0
Total	5

ANEXO IV

MODELO DE LAUDO PERICIAL:

Exmo. Sr. Dr. Juiz, de Direito da Segunda Vara Cível do Interior

APURAÇÃO DE HAVERES SÓCIO-GERENTE

AÇÃO ORDINÁRIA - 101010

AUTOR FELIPE e OUTRO

RÉ: MARIA DO CARMO

SAMUEL MONTEIRO, Bacharel em Ciências Contábeis CRC-SP – 39.139, Perito Judicial nomeado por V. Exa. (fls. 29 dos autos principais), devidamente compromissado (fls. 30) tendo concluído os trabalhos de Perícia Contábil, Análise de Balanços, Exame de Escrita Comercial e Apuração de Haveres (alínea “C” do art. 25 e 26 Decreto Lei Federal n.º 9.295, de 27 de maio de 1.946), vem apresentar seu:

LAUDO PERICIAL

1. HISTÓRICO DA LIDE – Em 24/02/2019 os autores Felipe e Maria do Carmo, sócios cotistas da firma AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade industrial na Praça Coronel Joaquim José no Centro de São João da Boa Vista Estado de São Paulo, ajuizaram MEDIDA CAUTELAR para obtenção de Outorga Judicial (Alvará), com fito de movimentarem contas bancárias (saques e depósitos), da AREZZO, alegando em resumo (fls. 2/3 – Apenso):

1.1. Que a ré – Maria do Carmo. – É sócia cotista da AREZZO. E todas as obrigações da sociedade dependem da assinatura de um dos autores, sempre em conjunto a ré.

1.2. – Que a Ré há mais de “dois meses” não comparecia a sociedade ocasionando total paralisação nas atividades financeiras, sofrendo a sociedade protestos de títulos e desabonos comerciais, motivados pela ausência da ré;

1.3. – Que em face do exposto, requeriam alvará para movimentação de contas bancárias da sociedade (art. 804 do CPC);

1.4. A ré contestou (fls. 27/29 apensos), alegando em resumo:

a) Que os autores são partes ilegítimas para pedirem a medida cautelar;

b) Que a ré deveria integralizar o Capital subscrito (contas) em 15/05/2020, com R\$ 100.000,00 relativos à sua parte nos lucros de 2017 (aproximadamente R\$300.000,00), tendo reclamado isso em março de 2018 e não sendo atendida;

c) Que surgiram desentendimentos entre os sócios e a ré, face a legalização de novos livros para “refazimento de escrita” e também pela devolução de cheques da sociedade, por ausência ou insuficiência de fundos;

d) Que a ré se afastou da sociedade e nomeou seu pai como procurador;

e) Que houve encerramento de conta bancária da Maria do Carmo no Banco Itaú – agência da 1316;

f) Que em janeiro de 2019 os autores pediram à ré que assinasse um livro contábil em branco, para “refazimento de escrita” tendo aquela recusado o pedido;

g) Que os autores estariam “esvaziando a AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

1.5. – Em 23/03/2019 os autores ajuizaram a ação principal (fls. 02 dos autos principais), alegando em resumo:

a) Que consoante o contrato social (fls. 5/6). A ré não integralizou no prazo de um ano, marcado no contrato, suas cotas de capital subscritas em 15/06/2017; fizeram-no, porém, os autores;

b) Repetem-se as alegações da medida cautelar e mais

c) Que pretendem:

“Excluir a ré da sociedade

“Apurando-se os valores de

“Suas cotas e destas, deduzindo-

“-se as cotas não integradas.

1.6. Em 31/05/2019 (fls. 13 a 16 dos autos principais), a ré conquistou a ação principal, alegando:

a) Que os advogados dos autores não possuem poderes para a ação principal;

b) Que os autores são partes ilegítimas para a presente ação; legítima, sê-lo-ia a sociedades;

c) Repetem-se os argumentos da contestação da Medida Cautelar:

d) Que a ré é que teria interesse em se retirar da sociedade para não compactuar dos “negócios” preparados pelos autores (fl. 16 ab initio);

e) Protesta por perícia contábil nos livros da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

1.7. Em 17/08/2016 a ré requereu perícia contábil nos livros contábeis da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A (fls. 25 dos autos principais).

1.8. Saneador às fls. 29, com nomeação do perito judicial signatário, do presente (em 08/09/76).

1.9. Os autores não indicaram assistente técnico, nem apresentaram quesitos (art. 421, I, II):

1.10. A ré depositou a honorária provisória do perito nos termos do art. 33 do vigente CPC (fls. 34 e 35 dos autos), tendo indicado seu assistente técnico (fls. 31) que se compromissou (fls. 32).

Não foram formulados quesitos.

2. INÍCIO DA PERITAGEM – Em 12/11/19, atendendo ao R. Despacho de fls. 38, o Perito Judicial iniciou seus trabalhos, solicitando por escrito (ANEXO N.º 1), aos autores, que lhe fornecessem os documentos e livros contábeis da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. para os exames e coleta de elementos necessários à apuração de haveres da ré.

2.1. Em 22/11/19 o Perito Judicial comparecendo à AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A, deu início aos exames dos livros comerciais dos Boletins de Caixa de 14/06/17 (fls. 110) até 29/12/18 (fls. 249), com referência à existência de quaisquer lançamentos que pudessem interessar à lide ou relacionados com a ré, mormente quanto à integralização de suas de capital, subscritas em 15/06/18.

2.2. DO EXAME DE ESCRITA – Exibido o Livro Diário Geral Copiador n.º 5, o Perito verificou que ele tem 500 (quinhentas) páginas numeradas tipograficamente de 1 a 500, em papel copiativo grosso, estando completo até as páginas 454, havendo, as páginas seguintes 455, descolando-se. Às páginas 500 está o termo de Encerramento e à página hum (1) o de abertura; este livro está registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 101010, em 15/01/18. Foi assinado pela PAULA e PEDRO e o contabilista de n.º CRC-SP-R.C. Neste Diário estão copiadas as operações de 31.01.74 até o Balanço Geral em 31.12.74 (este copiado à páginas 214). Foi usado o sistema contábil Zornita e partidas mensais (art. 2.º e 5.º do Decreto-Lei 436/69).

2.3. Às páginas 90 se encontra copiado o lançamento abaixo, em 30.06.17:

“Valor que levamos a débito de s/conta corrente, pela subscrição na sociedade, o capital de r\$ 300.000,00 realizável em dinheiro ou com crédito em conta corrente no prazo de (1) ano cf. alteração de contrato social em 15-6-17 300.000,00”.

2.4. Às páginas 91 se encontra copiado o lançamento de subscrição pela ré, de 300.000 cotas em 30.06.17 (esta data refere-se à partida mensal adotada e não ao dia em que efetivamente ocorreu a operação de subscrição 15-06-17).

Crédito na conta 211.03- 000

“Valor referente sua subscrição na sociedade, do capital de R\$ 300.000,00 realizável em dinheiro ou com crédito em conta corrente no prazo de um (1) ano, conf. alteração do contrato social de 15-06-17” R\$300.000,00

2.5. Quanto às operações do ano-base de 2.018 foram examinadas as matrizes do Livro Diário por copiar. Do exame efetuado, o Perito verificou a integralização de R\$45.750,00 ref. a Capital (conta 55.07) em 31.12.2018 relativa ao cotista AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

2.6. A AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. pelo que foi observado pelo Perito signatário, não mantém contabilidade de custos, nem sistema de requisições de insumos produtos do seu Almoxarifado para aplicação industrial, daí porque na data verificada pelo Perito, a conta de Almoxarifado apresentava um débito englobando:

Saldo inicial em 02.01.19

Compras até 31.10.19.

3. ASPECTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS

3.1. O Perito constatou que a AREZZO da qual são sócios cotistas os litigantes, é uma indústria de pequeno porte, que adquire aparas e resíduos de pano e em

suas máquinas ou transforma em fibras e com essa matéria prima fábrica *acolchoados*. Seus produtos fabricados, são vendidos para os grandes magazines da Capital, a prazo.

3.2. Pela análise dos seus balanços gerais, a AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. teve um faturamento médio mensal de:

Ano Base	Faturamento MM	% de Crescimento
2016.....	R\$ 158.000,00	-----
2017.....	R\$ 288.000,00	82,2%
2018.....	R\$ 327.000,00	13,5%
2019.....	R\$ 517.000,00	58,1%

Esses dados contábeis indicam que o ano de 1975 representou esta estagnação econômica para a AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A., face à situação de litígio entre os seus componentes.

3.3. A AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A., mantinha em vigor, seguro contra fogo, consoante Apólice SPI n.º101010, sendo o valor segurado de R\$1.000.000,00

R\$ 500.000,00 ref. mercadorias

R\$ 500.000,00 equipamentos de produção

O vencimento desta Apólice ocorrerá 02.08.2020. (ANEXOS n.º 13/16-A).

3.4. Pelo exame da Folha de Pagamento mensal (em outubro de 2.019, como base) ou pela média mensal verificada, confirma-se tratar de uma indústria de pequeno porte, que vem atravessando “apertos financeiros”, relativos a atrasos sistemáticos na liquidação de seus compromissos junto ao Banco Itaú (cobranças de duplicatas simples, de fornecedores da AREZZO, por intermédio do Banco Bradesco).

3.5. BALANCETE EM 30/10/2019 – Nesse Balancete destacamos a conta Almojarifado, que representa em seu saldo devedor:

a) Estoques iniciais de produtos, matérias-primas, embalagens e mercadorias de revenda;

b) Compras do ano de 2.019

A empresa pelo sistema contábil atualmente adotado (novembro de 2.019), somente creditará a conta Almojarifado pelos insumos consumidos na produção, quando o fechamento do Balanço Geral em 31/12/19. O saldo, portanto, da conta Almojarifado, em 30/10/19, não representa estoque nessa data.

4. ANÁLISE DE BALANÇOS DA AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.– O Perito analisou os Balanços e Demonstrações de Resultados relativos aos anos-bases de 1.973, 1.974, 1.975 e 1.976, estando o resultado dessa análise nos ANEXOS n.º 03/11.

5. DECLARAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA – Corroborando os números fornecidos pelos Balanços Gerais anexados ao presente Laudo Pericial, estão

apensadas as Declarações apresentadas pela AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. ao Imposto de Renda:

Ano Base	Exercício Financeiro	Resultado
2016.....	2017	Lucro
2017.....	2018	Lucro
2018.....	2019	prejuízo

ANEXOS N.º 33/43 – A

6. **BALANÇOS GERAIS** – Encontram-se anexados ao presente Laudo, os Balanços Gerais e as respectivas Demonstrações relativos aos anos-bases de 2.016 a 2019

7. **RETIRADAS PRÓ-LABORE** – Considerando que as retiradas dos sócios incluiriam na apuração dos haveres, foi elaborado o ANEXO n.º 02, que espelha, *conforme a contabilidade e as Declarações apresentadas ao Imposto de Renda*, as retiradas dos 3 sócios cotistas da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A, nos anos-bases de 2.016 a 2019.

8. **CONCLUSÃO DO PERITO JUDICIAL** – O Perito teve acesso a todos as dependências da empresa; examinou sua escrituração mercantil; verificou que nos anos 2016/2019, passaram pela FERNANDA, PAULO, PEDRO e JOAQUIM 4

(quatro) contadores, com o atual, donde surgiram mudanças de sistemas de apuração de resultados.

Os números apontados pela peritagem, para atribuir valor final a cotas da ré, estão conforme os dados examinados e observados e que constam deste laudo e dos seus anexos, representando *erga omnes e júris tantum*, dados reais.

Assim, o valor das cotas (de R\$ 69.666,66), relativas ao Capital da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

- a) Faturamento da empresa;
- b) Taxas de crescimento;
- c) Índices de lucro bruto;
- d) Montante das obrigações e haveres da sociedade;
- e) Ramo explorado e situação atual

Convém salientar, desde logo, que o Perito não considerou:

- 1) Prejuízo verificado em 2.018, R\$ 186 mil;
- 2) Provisão p/ Imp. Renda s/ Lucro de 2.019(30% x 659 mil);
- 3) Provisão para Devedores Duvidosos (3% x R\$ 1.557 mil);
- 4) Depreciações referentes 2.019 (10% x R\$ 217 mil).

São Paulo, 29 de novembro de 2016

.....
SAMUEL MONTEIRO

Perito do Juiz

SÃO J. B VISTA (SP), 12 de novembro de 2.019

ANEXO N.º 1

Ilmos. Srs.

.....
Praça Coronel Joaquim José

SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP

Prezados Senhores,

Na qualidade de PERITO JUDICIAL, nomeado pelo Exmo. Sr. Dr. João Pedro Juiz Titular da Terceira Vara Cível da cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, para proceder à PERÍCIA CONTÁBIL (alínea “C” dos artigos 25 e 26 do Decreto-Lei Federal n.º 9.295, de 27-05-46), relativa à Ação Ordinária em que V. Sas. São autores e ré, a Srta. Maria do Carmo, e tendo em vista o despacho e a determinação do Exmo. Sr. Dr. Juiz, às folhas 38 dos autos, venho pelo presente, na forma do disposto no artigo 429, do vigente Código de Processo Civil, solicitar que no prazo de 7 (sete) dias corridos, a contar desta solicitação, sejam fornecidos ao Perito signatário:

1) Livros Diários Gerais da AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., onde se encontram as operações havidas a partir de 15 de junho de 1.974, inclusive (data da entrada na sociedade da sócia ré);

2) Livros Diários Caixas ou Diários Auxiliares daquela sociedade, com operações a partir de 15 de junho de 2.017;

3) Boletins ou Movimentos de Caixas, bem como respectiva documentação que originou lançamentos a partir de 15 de junho de 2.017;

4) Documentos bancários daquela sociedade, que envolvam:

a) extratos de contas;

b) recibos de depósitos; a partir de 15/06/2.017;

c) cópias de cheques.

Cópias autênticas das Declarações de Imposto de Renda e respectivas Notificações (ano-base 2.017, 2.018), daquela sociedade;

5) Demonstrações da Conta de Produtos, Matérias Primas, Exercício Industrial ou Mercadorias, dos anos-bases de 2.017, 2.018 e 2.019

6) Demonstrações da Conta de Lucros e Perdas, dos anos-bases de 2.017, 2.018 e Balancete atualizado até setembro de 2.019

No próximo dia 19/11/19, no horário comercial, o Perito signatário comparecerá à sede da AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A, para o início dos exames dos livros e documentos.

RECEBEMOS A ORIGINAL 12-11-2.019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. SÃO JOÃO DA BOA VISTA– S. PAULO

RETIRADAS PRO LABORE - ANEXO N.º2

SÓCIOS				
ANOS E VALORES	2016	2017	2018	2019
A	17.900,00	42.000,00	NIHIL	12.400,00
B	17.900,00	42.000,00	NIHIL	300.000,00
C	4.400,00	-	-	-
D	-	10.000,00	NIHIL	-
TOTAL	40.200,00	94.000,00	NIHIL	312.400,00

Obs.:

1.^a) – as retiradas em 2017, referem-se a 6 meses (de 15.6.2017 à 31.12.2017).

2.^a) – as retiradas do ano-base de 2019, referem-se a 10 meses (janeiro a outubro de 2019).

3.^a) – no ano-base de 2018 (exercício financeiro) de 2019, não constam retiradas dos sócios nem nos Anexos de Lucros e Perdas, nem na Declaração apresentada ao Imposto de Renda.

ANÁLISE DE “PRODUTOS E MERCADORIAS” - ANEXO N.º3

(Em milhares de reais)

MOVIMENTO				
ANOS E VALORES	2016	2017	2018	2019
A - Estoque inicial	14	187	196	350
B - Compras do ano	982	2.016	2.769	3.298
C - Devoluções de venda	19	-	-	-
D - Gastos de Produção	-	435	-	-
E - <i>Lucro Bruto do Ano</i>	1.071	1.016	1.316	2.380
F - Vendas	1.892	3.458	3.931	5.170
G - Estoque final	177	196	350	858
H - Devoluções de compra	17	-	-	-
I - <i>Custo das Vendas:</i> (A+B+C+D) - (G+H)	821	2.442	2.615	2.790
RELAÇÃO: E/F	56,6%	29,2%	33,4%	46,0%
RELAÇÃO: I/F	43,3%	70,6%	66,5%	54,0%

Verifica-se uma diferença de R\$ 10.000,00 nos números constantes dos anexos do Balanço de 31.12.73 para 31.12.74 (177 e 187). LUCRO BRUTO = VENDAS – CUSTOS DAS VENDAS (E = F – I).

“COMPRAS, VENDAS E DESPESAS” - ANEXO N.º4

(Em milhares de reais)

COMPRAS VENDAS DESPESAS	ANOS E VALORES			
	2016	2017	2018	2019
COMPRAS LÍQUIDAS	964	2.016	2.769	3.298
VENDAS LÍQUIDAS	1.873	3.458	3.931	5.170
DESPESAS TOTAIS	1.033	1.172	1.542	1.746

Obs.:

- 1.ª) O ano de 2019 compreende o período de janeiro a outubro;
- 2.ª) As compras e vendas estão, quando for o caso, excluídas das devoluções.

EVOLUÇÃO DO ATIVO REAL - ANEXO N.º5

(Em milhares de reais)

ATIVO REAL	ANOS E VALORES			
	2016	2017	2018	2019
IMOBILIZADO				
Máquinas e Acessórios.....	244	439	367	217
Veículos.....	64	65	-	-
Móveis e Utensílios.....	18	65	-	-
Instalações.....	15	15	-	-
Correção Monetária.....	20	39	-	-
IMOBILIZADO	361	623	367	217
DISPONÍVEL				
Caixa.....	86	7	54	234
Bancos.....	17	36	150	242
DISPONÍVEL	103	43	204	476
REALIZÁVEL				
Estoques.....	263	1.087	832	1.558
Capital a realizar.....	91,5	-	300	300
Duplicatas caucionadas.....	258	-	-	-
Contas Correntes.....	-	515	57	98
Outros.....	16,5	54	44	81
Créditos em Liquidação.....	-	-	120	116
REALIZÁVEL	629	1.656	1.353	2.153

Obs...:

1.^a) a parcela de R\$ 300.000,00 relativa a Capital Por integralizar em 31.12.74, figura na rubrica de “CONTAS CORRENTES” (515);

2.^a) Nos Balanços e Balancetes de 2018 e 2019, somente aparecem contas intituladas de IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO REAL - ANEXO N.º6

(Em milhares de reais)

PASSIVO REAL	ANOS E VALORES			
	2016	2017	2018	2019
EXIGÍVEL				
Fornecedores.....	306	304	575	1.147
Obrigações Fiscais a Recolha	81	259	601	870
Financiamentos Bancários...	236	564	209	316
Duplicatas descontadas.....	71	42	182	75
Contas Correntes.....	-	44	-	-
	694	1.213	1.567	2.408

O crescimento da conta “Obrigações Fiscais a Recolher” indica que há atraso no recolhimento de Imposto (IPI).

RESULTADOS APURADOS - ANEXO N.º7

(Em milhares de reais)

RESULTADOS OBTIDOS	ANOS E VALORES			
	2016	2017	2018	2019
A - Lucro Bruto (anexo 3, letras E)	1.071	1.016	1.316	2.380
B - Outras receitas	170	379	41	25
C - Despesas Totais	1.034	1.215	1.543	1.746
D - Resultado liq. do ano	207	180	(-) 186	659
(D = A + B - C)				

CRESCIMENTO DAS VENDAS E ESTOQUES – ANEXO N.º 8

VENDAS DE 1975 (12 meses) = R\$ 3.931

VENDAS DE 1976 (10 meses) = R\$ 5.170

(1) 3931 12 meses	(2) 3276 100%
= 3.276	= 58%
X 10 meses	5170 X%

Crescimento das Vendas de 2018/2019 = 58%

CRESCIMENTO DO LUCRO E ESTOQUES – ANEXO N.º 9

ANO	% LUCRO BRUTO OBTIDO
1973	56,6%
1974	29,2%
1975	33,4%
3	119,2% : 3 = 39,7 %
VENDAS DE 1976	R\$ 5.170
ALMOXARIFADO	R\$ 3.648
Lucro Bruto s/ estoque	R\$ 1.522

ESTOQUE FINAL DE 2019:

Correção do estoque final 858 (604 x 1,42% de resíduo inflacionário)

CORREÇÃO DO ESTOQUE FINAL 858 (604 X 1,42% de

39,7% X 1.522 604

ESTOQUE CONSIDERADO **858** resíduos inflacionário

Novembro de 2.019)

DEMONSTRAÇÃO DE “MERCADORIAS” EM 30.10.2019 – ANEXO N.º 10

Estoque inicial	350	Vendas	5170
Compras até 30.10.76	3.298	Estoque Final	858
Lucro Bruto	2.380		
	6.028		6.028

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA “LUCROS E PERDAS”

EM 30.10.76 – ANEXO N.º 11

DÉBITO		CRÉDITO	
Despesas totais	1.746	Lucro Bruto	2.380
Lucro Contábil	659	Receitas Diversas	25
	2.405		2.405

DÉBITO		CRÉDITO	
300.000 cotas subscritas em 15.6.74 e não integralizadas	300,000	Crédito de Pró-Labore referente ao ano de 1.976.	150,000
Saldo Credor em 31.10.76	69,666	Rateio de 1/3 Lucros líquidos referentes a 2019....	219,666
	369,666		369,666
SALDO CREDOR R\$ 69.666,66			